



## FEMINISMO E PRODUÇÃO DE SABERES NA AMÉRICA LATINA

Autor: Sérgio Antônio Silva Rêgo

*Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA)*

santoniorego@ig.com.br

**RESUMO:** O presente trabalho, que está em andamento, procura investigar a produção e divulgação de conhecimento científico, elaborado, sobretudo por mulheres nas academias, e busca saber como as mesmas contribuem para a ampliação do conceito de feminismo e ativismo político. Podemos falar sobre feminismos na América Latina, para tanto a investigação acerca dessa produção torna-se condição essencial para perceber se está ocorrendo ou não essa ampliação e, caso esteja, como a mesma pode contribuir para a intervenção numa agenda que busque equidade e justiça social e maior participação popular? Quais são as principais diferenças desses feminismos oriundos de uma realidade latino-americana? Essa pluralidade de conceitos acerca do feminismo, no cenário investigado, é, a nosso ver, fruto de uma intensa mobilização, em vários níveis, de pesquisadoras/es na tentativa de criar um quadro teórico que busque evidenciar saberes outros que não estão/são contemplados pela academia de forma tradicional, buscando evidenciar uma nova contemplação da realidade e produção de saberes. As mídias sociais são inseridas nessa discussão por conterem em si mesmas a experiência de quebra de paradigmas e socialização de informações. Os estudos pós-coloniais são uma grande vertente dessa experiência de mudança paradigmática por qual o universo latino-americano tem passado. Essa teoria, que tem sido considerada exitosa pelas/os mesmas/os, considera que ainda falta muito por percorrer, para se alcançar os objetivos básicos de um ambiente equilibrado com justiça social. Novos prismas são lançados a medida em que se (re)define conceitos, muitas vezes, não analisando a nossa realidade, desconsiderando assim, muitas vezes, o conhecimento vivenciado por outras pessoas.

**Palavras-chaves:** Feminismo, Gênero, Produção de conhecimento, América Latina.

### INTRODUÇÃO

O entendimento da discussão das relações de gênero<sup>1</sup> perpassa por sobre

---

<sup>1</sup> Trabalharemos com os conceitos de gênero desenvolvidos por Scott (1990) e Los Ríos (1996), pois acreditamos que os mesmos possuem em si um cerne de questionamentos e amplitude teórica e prática. Para Scott “... o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1990, p. 14). Em Los Ríos (1996) a “análise de gênero é a síntese da teoria do gênero e da perspectiva de gênero derivada da visão de mundo feminista e da vida. Esta perspectiva se estrutura a partir da ética e leva a uma filosofia pós-humanista, por sua crítica da concepção androcêntrica da humanidade que deixou fora a metade do gênero humano: as mulheres. (...) É notável que o humanismo não tenha avisado. A perspectiva de gênero tem como um de seus

diversas questões. Buscamos, em nosso texto, focar nas questões políticas do movimento feminista, sua atuação, alcance e metas, além disso perceber o papel das universidades na formação dessa consciência coletiva e aprendizado além da própria divulgação desses conhecimentos como sendo uma das maneiras encontradas para deteriorar

---

objetivos contribuir para a construção social e subjetiva de uma nova configuração a partir da redefinição da história, sociedade, cultura e política das mulheres e com as mulheres”. (LOS RÍOS, 1996, p. 1). Ainda discorre afirmando que é um “Conjunto de qualidades biológicas, físicas, econômicas, sociais, psicológicas, eróticas, políticos e assignadas indivíduos culturais de acordo com seu sexo”. (LAGARDE, 2011, p. 207).



elementos tão naturalizados pelo conhecimento científico.

Outro aspecto relevante de nosso trabalho é abordado por Gargallo (2002, p. 104) que nos fala que a autoconsciência é um dado político (advindo especialmente do pensamento feminista da década de 1970). Isto é, uma tomada de postura frente ao dado, não com a ideia de aceitação e sim de questionamento do mesmo.

As discussões sobre as questões de gênero têm sido abordadas sob várias perspectivas e alcançaram maior ênfase, a partir das décadas de 1960 e 1970, (MATOS, 2000, p. 9) com o movimento feminista, em sua segunda fase, que, de certa forma, deu estímulo para que se desenvolvesse um tipo de ciência na qual fosse inserida a mulher e, amplamente, as demandas que envolvem as discussões de gênero como objeto de estudo (SCOTT, 1990, p. 6), (SCOTT, 1992b, p. 63-64), (RAGO, 1998a, p. 89) e (CANAVAE, 2009, p. 97).

Para estes/as estudiosos/as houve uma nova concepção de ciência, uma concepção de ciência que possuía um ponto de vista plural de si mesma, ou uma busca de mudança da perspectiva rígida de conhecimento científico, sobre esse que recebe o nome de pós-colonial é desenvolvida, sendo o mesmo plural em si mesmo. A virada do século XIX ao XX representa para muitos/as estudiosos/as uma

nova forma de conceituar, definir, afirmar e vivenciar as questões sobre as discussões de gênero. Para tanto, novos panoramas foram implementados, novos atores sociais surgiram, diversas demandas forma levantadas e etc. (COSTA, 2005, p. 1-2) e (SOIHET, 1997b, p. 267). Para Lage (2008b)

O conjunto desta pluralidade tem reivindicado, com legitimidade, espaços de articulação entre saberes que possibilitem configurações mais democráticas, que ampliem as possibilidades de diálogos e reconhecimentos. (LAGE, 2008b, p. 6).

A subordinação do sujeito pelo sistema de classes, de divisões de raças, de separação geográfica, segundo Scott (1990, p. 6) e (1992, p. 34) são criações meramente discursivas e que devem ser observadas/analizadas, observando a construção de tais significados.

Soihet (1997a, p. 96) afirma que a partir da incorporação, pelas ciências sociais, da concepção de transitoriedade do conhecimento e incorporação de gênero como objeto de estudos para as mesmas, houve uma nova e mais ampla ótica de sujeito histórico. Percebemos, através das leituras, que essa inclusão do feminino, como objeto de estudo, não significou, imediatamente, uma mudança de prisma do saber científico com relação a mesma. Demonstrando assim o machismo que impera/va na forma de se produzir saberes.

Harding (1996) afirma que existem tipos de gêneros, os quais ela define em número de três, são eles: o gênero individual,



o gênero estrutural e o gênero simbólico. Todos servindo a uma dimensão maior que busca controle, em nosso caso de investigação na produção dos saberes científicos. Quer dizer, o sexo da ciência.

Por que a segregação de gênero em toda a equipe científica continua a ser tão óbvio, depois de mais de um século de mulheres que tentam entrar no campo da ciência? (...) Mais especificamente, por que se opôs com tanta frequência a organização científica para educar as mulheres para carreiras científicas, o uso destes em tarefas científicas e avaliar seu trabalho em ciência para mérito reconhecimento público e apoio institucional comparável ao dos homens? (HARDING, 1996, p. 52).

Seguindo esse raciocínio, apesar de ter sido publicado na década de 1990, o texto de Harding continua bastante atual, a concordância entre as feministas é muito grande com relação a isso, percebemos nos escritos de Haraway (1995, p. 9) e Curiel (2007, p. 2). Percebe-se que a ciência possui gênero, tal como sendo uma ciência pensada, produzida e dirigida por uma mentalidade patriarcal, sendo assim a própria natureza da ciência ser masculina, entranhada em diversos setores (GRAF, 2012, p. 22) e (GARGALLO, 2012, p. 156). Para Haraway (1995, p. 10) o conhecimento está sempre situado, possui lugar, origem e objeto.

Dessa forma, a pergunta central de nossa pesquisa é a seguinte: Que interfaces podem existir entre o conhecimento científico e político na trajetória de pesquisadoras feministas da/na América Latina?

Delineando os principais objetivos específicos temos: Identificar as principais revistas científicas da América Latina sobre a questão de gênero e feminismo; Mapear trajetórias científicas de pesquisadoras ativistas sobre a questão de gênero a partir dos currículos publicados na internet; e Mapear trajetórias políticas definidas por pesquisadoras ativistas em páginas do facebook/redes sociais.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trazendo a concepção de amplitude que Santos (1983) propõe, utilizaremos o método do caso alargado (*extended if the method*), definido pelo mesmo como um método que “privilegia o uso de técnicas de observação participante, observação sistemática, entrevistas não estruturadas, entrevistas em profundidade e análises documentais”. (SANTOS, 1983, p. 12). Para tanto, em nossa pesquisa, utilizaremos apenas as análises documentais, por compreendermos que a mesma satisfaz, enquanto ferramenta de pesquisa, nossas inquietações, salientando que estamos nos baseando em acervos de revistas em diversos países da América Latina.

Esse método busca desconstruir o universalismo pretendido por outros tantos, mas possui a ressalva de que o mesmo, sozinho, e em todos os casos, não consegue responder as inquietações do/a pesquisador/a.



Assim sendo, buscamos, como o texto afirma, não cair num descritivismo ou na sobreteorização.

A quebra com o relativismo é uma das principais características do método do caso alargado que buscar evitar equívocos ou absolutizações. Para tanto o mesmo

Pretende ao mesmo tempo evitar o determinismo e o relativismo, estabelecendo uma causalidade múltipla e interactiva, isto é, olhando os fenômenos a partir de baixo mas tendo presentes as forças externas que os modelam. (ESTANQUE, 2003, p. 8).

Essa perspectiva não se refere a isolar o caso e analisá-lo à luz de um holismo ingênuo. Em Santos (2014) podemos identificar essa concepção de micro e macro na busca de uma análise mais aprofundada que remeta às respostas que os objetos pretendem oferecer (oferecem).

Também utilizaremos os métodos analítico/comparativo para a leitura dos textos e quantificação das produções, e o método qualitativo para a interpretação dos dados obtidos. A pesquisa qualitativa, na perspectiva apresentada acima, se caracteriza por ser uma forma de análise em que as condições estão inseridas de forma a evidenciar o papel não meramente estatístico dos dados que o/a pesquisador/a pretende analisar, mais sim evidenciar as condições e processamento dos mesmos. Relacionado a isso percebemos que a mesma desenvolve um percurso onde a amplitude de conceito se estabelece de forma

a auxiliar em nossa sugestão de trabalho (LAGE, 2013, p. 50).

## **A BUSCA DE EMANCIPAÇÃO POR MEIO DO CONHECIMENTO**

A luta pela cidadania iniciou-se, outrora, com o direito a igualdade do voto, a busca pelo sufrágio universal (RAGO, 1998b, p. 23) e (VALDIVIESO, 2012, p. 27, 29 e 31 a 36). Ampliou-se, lutou-se por melhores condições de trabalho, de consciência de corpo, por educação, pela inclusão em políticas públicas, na defesa da diminuição da violência doméstica, dentre tantas outras formas de manifestação. Então, percebe-se a heterogeneidade que os estudos sobre gênero possuem e como esse campo de investigação está alicerçado em solo fértil. (CANAVAE, 2009, p. 98).

Houve, por parte de alguns/as pensadores/as, uma busca por novas abordagens historiográficas (DUBY, 2011 e 2013), que apontassem o papel da mulher (do feminino) nas mais diversas sociedades, pois até a primeira metade do século XX, e principalmente no ocidente, o discurso relativo a mulher era bastante silenciado pelo que se verifica através da literatura existente (SCOTT, 1992, p.69), SMITH, 2003, p. 14).

O limite de acesso à educação por parte das mesmas, as “funções vitais” que teriam que exercer, sobretudo o casamento e a



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

maternidade. Fora desse esquema não existe espaço seguro para uma dama, para uma mulher considerada de “respeito”. Dessa maneira, poucas foram as figuras femininas (que receberam destaque) até aquele período por romperem com velhos preconceitos impostos pela sociedade patriarcal. Percebendo que a escrita que se dava as ciências atendia/de ao poder “vencedor”, sendo os mesmos homens, com linguagem científica e que dominavam o universo acadêmico. (SANTOS, 2004, p. 25). Atendendo a um modelo estrutural excludente da concepção que fosse diferenciada daquela autointitulada como hegemônica, correta, modelo, parâmetro.

Algumas de nossas indagações dizem respeito, a questões histórico-culturais, em grande medida à família em que essas mulheres viveram, levando em consideração o tipo de educação, como parte essencial do processo social que o indivíduo possui, além da própria concepção de busca de conhecimentos e etc., que têm, o nível sociocultural e econômico dessas famílias e qual concepção que elas, fruto desse meio, possuem com relação ao movimento feminista e se essa visão, além de qual forma, chega ao ensino superior, a construção de ciência e a publicação e militância das mesmas. (ROSEMBERG *apud* PINSKY, PEDRO, 2012, p. 341-342).

E, também, observar como a mulher profissional do/no meio acadêmico vem buscando desmistificar os possíveis preconceitos com relação as discussões de gênero, a ampliação da produção acadêmica, fruto dessa busca de rompimento. A categoria de aparelhos de Estado desenvolvida por Althusser (1970, p. 41-52) é bastante significativa nessa perspectiva levantada, assim como a teoria de capital cultural, desenvolvida por Bourdieu (1979). Além das propostas advindas das chamadas epistemologias do Sul (SANTOS, 2010), do metrocentrismo ou teoria do Sul (CONNEL, 2012, p. 10-11) e as discussões sobre os colonialismos (QUIJANO, 1988, 2005) e (MIGNOLO, 2003, 2007, 2008).

Para Lage (2013, p. 45) a educação formal, o ensino básico mais especificamente, estabelece a reprodução do discurso dominante, o que não negligencia as demais esferas, que o fazem também. A partir disso, como perceber uma prática pedagógica libertadora, ou não, e quais meios são utilizados para se alcançar a mesma por parte dessas/es profissionais. Já, no ensino superior, a partir da pós-graduação, a pesquisa torna-se uma constante, evidenciando uma maior possibilidade de rompimento, não necessariamente isso ocorra em todas as realidades, porém, o aprofundamento de questões, debates entre outros meios



proporciona essa visão mais ampla sobre temas nem sempre tão evidenciados.

Percebendo esse ponto de vista, visualizamos, uma reforma, urgente e profunda, no processo de ensino (em seus mais variados níveis, perpassando por uma melhor formação profissional, além da conscientização das famílias e, sendo assim, dos discentes, pois compreendemos esse organismo educacional como altamente conectado um com o outro e uma mudança apenas superficial não alcançaria, de fato, o resultado pretendido). Porém, essa reforma proposta sendo fruto de uma grande mobilização com os mais variados seguimentos sociais (LOURO, 2014, p. 92-113).

Dessa forma, objetivamos identificar na América Latina, como a mulher vem lutando para livrar-se das algemas ideológicas/cativeiros<sup>2</sup> impostas pelos homens (aqueles condicionados pelo sexismo como prática cotidiana) na reprodução do discurso autoritário e patriarcal, em seus mais variados

---

<sup>2</sup> Cativeiros nos termos de Lagarde (2011) é compreendido como: “O cativeiro caracteriza as mulheres para a sua subordinação ao poder, a sua dependência vital, o governo e a ocupação de suas vidas por instituições e indivíduos (os outros), e a obrigação de cumprir com o dever de ser mulheres de seu grupo de filiação, materializado em vidas estereotipadas, sem alternativas. Tudo isso é experimentado por mulheres desde a subserviência ao domínio de suas vidas exercida sobre eles por parte da sociedade e da luta de classes e cultura patriarcal é submetido, e seus sujeitos sociais”. (LAGARDE, 2011, p. 66).

níveis de ensino e escolaridade. Buscando traços comuns nessa heterogeneidade que compõem nosso campo de investigação, salientando a luta pela emancipação feminina como elemento unificador desses povos.

Mesmo sendo bastante discutido, ainda não foram esgotadas as questões referentes ao assunto proposto. Há um grande e fecundo caminho a ser percorrido. Além do mais, apesar de análises valorosas, o universo acadêmico brasileiro, sendo o mesmo, de maneira geral, um reflexo da sociedade, voltasse as análises produzidas na Europa e/ou norte-americanas e camuflam a contribuição dos demais como por exemplo, países da América Latina e todo o Oriente, além do continente africano para a temática que se propõe tão plural.

São diversos os fatores que levam a tipos de conceitos pré-estabelecidos e a busca para identificá-los e explicá-los é o que fundamenta o nosso trabalho, isto é, analisando a literatura, pesquisas e periódicos eletrônicos, iremos buscar explicar se ocorre, ou não, o processo de engajamento, autoconhecimento e militância por parte de nosso objeto de pesquisa.

Para Ortega (1996, p. 818), Soihet (1997, p. 100) assim como entre tantas outras, a década de 1970 foi importante por incluir como objeto da historiografia os excluídos do discurso acadêmico em seus mais variados



segmentos. Esse torna-se uma espécie de consenso entre os/as estudiosos/as diante do grande volume que os estudos sobre gênero e história das mulheres empreendem. O dado momento histórico é fruto de uma convulsão social importante, ocorrida em grande medida, no final dos anos 1960, partindo das disputas políticas, em âmbito global, movimentos estudantis – sobretudo o de maio 1968 entre outros.

Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva, que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. Firmou-se o antagonismo “homem versus mulher” como um foco central na política e na história, que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada. Já no final da década, porém, tensões instauraram-se, quer no interior da disciplina, quer no movimento político. Essas tensões teriam se combinado para questionar a viabilidade da categoria “mulheres” e para introduzir a “diferença” como um problema a ser analisado. Inúmeras foram as contradições que se manifestaram, demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum. A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. (SOIHET, PEDRO, 2009, p. 287).

Diante do exposto por Soihet e Pedro (2009) percebemos o quanto a década de 1960 tornou-se um marco para o pensamento do movimento feminista, trazendo sobretudo, uma grande mudança de paradigma para o mesmo derivando novos caminhos e novas demandas. Um feminismo mais plural, mais mestiço que enveredava por questionamentos

e discussões até então ocultados. A ideia de fragmentação do ser, a incorporação de categorias tais: raça e classe, assim como, a busca da quebra do binarismo homem *versus* mulher.

Passos importantes foram tomados, por exemplo: em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) elege o ano (década, 1975-1985) da mulher,<sup>3</sup> buscando desenvolver/incentivar publicações, estudos, entre outros, interferindo, dentre outros aspectos, no cotidiano social.

Na América Latina os movimentos sociais, sobretudo os que possuem a agenda de luta de gênero (seja eles de mulheres ou feministas, GARGALLO, 2009a, p. 32), ao longo do processo de sua constituição, passam a ter papéis decisivos nessas novas formas de observação e criação de espaços de discussão e ampliação de políticas públicas que atendam a interesses de setores até o momento menos favorecidos. Os mesmos possuem tarefa de construir e de criticar (HARTSOCK *apud* NICHOLSON, 1992, p. 37).

---

<sup>3</sup> Em 1975 foi organizada a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México. Entre 1976 e 1985 a ONU estabelece a década da mulher. Durante esse período diversas discussões ocorreram, versando de maneira variada, entre elas: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a segunda conferência (1980) realizada em Copenhague (Dinamarca). E, em 1985, a Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher, com o tema Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em Nairóbi (Quênia).



Nesse caminho Gargallo (2012) com a qual concordamos nos informa.

Para as mulheres latino-americanas, em particular, saber que é hegemônico atualmente em nossas vidas é essencial para a compreensão dos discursos filosóficos que ocorrem nas academias e centros de difusão cultural dos países e regiões econômicas e mundo militarmente não-dominante, quando mantêm-sustenta a supremacia dos paradigmas epistemológicos de uma nação ou grupo de nações dominantes, dizendo que é apenas a aceitação racional de suas propostas, a obediência a seus modelos. (GARGALLO, 2012, p. 158).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir uma construção de discurso histórico visto pelo prisma da história das mulheres, segundo críticos do movimento, (LOS RÍOS, 1996, p. 3), (SMITH, 2003, p. 216) seria politizar a ciência e com isso, não possuir um pretense caráter de objetividade. Entretanto, até que ponto a produção acadêmica dessas mulheres revela a influência ideológica advinda do movimento feminista? (PINSKY, 2009, p. 161) E não compreendemos discursos vazios, isto é, que não possuam um conteúdo político inerente. A objetividade e o posicionamento político fazem parte de um conjunto que compõem a subjetividade do/a pesquisador/a, cabendo aos/as mesmos/as buscarem a maior isenção possível. Desde já deixando claro que a neutralidade também é um posicionamento político marcado, assim como o liberal, o conservador entre outros. Romper com isso

ou vitimizar-se também fazem parte do processo de descoberta, alteridade, entendimento e autoconhecimento.

A perspectiva de gênero também exige novos conhecimentos. Irrita aqueles que não querem aprender, os esforços de estudo e intelectuais, aqueles que querem tudo facilitado, simples e esquemático. Conforme requerido pelo pensar de forma diferente e desenvolver comportamentos diferentes e um novo sentido de vida, também colide com a perspectiva de gênero que acreditam que é uma técnica ou uma ferramenta para fazer o seu trabalho, uma exigência e nada mais. Irritado, certamente, aqueles que pensam que o sexo não tocá-los, que as mulheres submetidas a análise ou política deve ser alterado. Eles estão errados. Esta perspectiva demandas de mulheres e homens, tudo definido em movimento e mudanças pessoais, íntimas e vitais que não são aceitos por muitas pessoas que usam hoje sexo como se fosse uma ferramenta técnica, neutro e adocicado superficialmente. (LOS RÍOS, 1996, p. 7).

A crescente ocupação de poder, por parte das mulheres, em questões de política da luta contra as desigualdades de gênero na produção acadêmica o que de alguma forma contribui para a minimização de quebra de estereótipos e preconceitos. As epistemologias ligadas aos estudos de gênero buscam desconstruir essas relações de opressão, assim como os estudos pós-coloniais contribuem em que medida para fomentar o debate e possível mudança de perspectiva de novos olhares sobre a divulgação de trabalhos escritos por mulheres, na produção da ciência e tecnologia.

## REFERÊNCIAS



ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. – tradução de Magali de Castro. –Originalmente de **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 30 de noviembre de 1979. pp. 1-5.

CANAVAE, Doris Lamus. Localización geohistórica de los feminismos latino-americanos. In: **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 8, Nº 24, 2009, p. 95-109

CONNEL, Raewyn W. A iminente revolução na teoria social. – tradução de João Maria. In **Revista Brasileira de Ciência Sociais**. –, vol. 27, nº 80, outubro de 2012, pp. 09-20.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In **Revista Gênero**, vol. 5, n. 2, 2005.

CURIEL, Ochy. “La Crítica Poscolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista”. In *Colonialidad y Biopolítica en América Latina*. **Revista NOMADAS**. Nº 26. Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos-Universidad Central. Bogotá, 2007.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. – Tradução de Jônatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUBY, Georges. **As damas do século XII**. – Tradução de Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. – 1ª edição. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ESTANQUE, Elísio. Um sociológico na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social *Apud* Caria, Telmo (org.) (2003), **Metodologia e Experiência Etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento (pp. 61-76).

GARGALLO, Francesca. El feminismo múltiple: prácticas e ideas feministas en América Latina. In FEMENÍAS, María Luisa. (comp). **Perfiles del feminismo iberoamericano**. – Buenos Aires: Catálogos, 2002.

GARGALLO, Francesca. El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje en nuestramérica. – In **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. – Caracas, julio-diciembre 2009a, vol. 14, nº 33. pp. 27-36.

GARGALLO, Francesca. Una metodología para detectar lo que de hegemónico ha recogido el feminismo académico latinoamericano y caribeño. In GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos. (coord.). **Investigación feminista, metodología y representaciones sociales**. – México: UMAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y



Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012. – (Colección Debate y Reflexión).

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. In GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos. (coord..).

**Investigación feminista, metodología y representaciones sociales.** – México: UMAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012. – (Colección Debate y Reflexión).

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In **Cadernos Pagu.** (5) 1995: pp. 07-41.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo.** – Traducción de Pablo Manzano. – Madrid: Ediciones Morata, 1996.

LAGE, Allene Carvalho. Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: que metodologias podemos construir com os movimentos sociais? In E-cadernos: **Novos mapas para as ciências sociais e Humanas** – Artigos Pré-Colóquio. Nº 02. – CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: 2008b.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais:** caminhos para uma pedagogia de luta. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. – (Série extensão).

LOS RÍOS, Marcela Lagarde y de. El género, fragmento literal. Lá perspectiva de género, In **Género y feminismo.** Desarrollo humano y democracia. Ed. Horas y HORAS, España, 1996, pp. 13-38.

LOS RÍOS, Marcela Lagarde y de. **Los cautivos de las mujeres:** madresposas, monjas, putas, presas y locas. – Madrid: horas y HORAS, La Editorial, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. – 16ª edição. – Ptrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma história das mulheres.** – Bauru, SP: EDUSC, 2000. – (Coleção essência).

MIGNOLO, Walter. (Org.). **Gênero e descolonialidad.** – 1ª ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2008. – (El pensamiento crítico y opción).

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. – Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina.** – Traducción Silvia Javierbaum y



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Julieta barba. – Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

NICHOLSON, Linda (Comp.). **Feminismo / posmodernismo.** – Traducción Mária Averbach. – Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992.

ORTEGA, Margarita. Historia y género. – In **Realidad**, nº 54. – El Salvador, noviembre-diciembre, 1996. pp. 817-824.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres.** – São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. In **Revista de Estudos Feministas.** – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e ciências humanas, Centro de comunicação e expressão. Vol, 17 (1), janeiro-jabril, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Apud LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, setembro 2005. pp.227-278. – (Colección Sur Sur).

QUIJANO, Anibal. **Modernidad, identidade y utopia em América Latina.** – Lima: Sociedad y Política Ediciones, 1988.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In **Cadernos Pagu.** – Unicamp, SP: 1998a. Nº 11, p. 89-98.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In Miriam (orgs). **Masculino e feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade** – Florianópolis-SC: Editora das Mulheres, 1998b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do skylab. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 11, maio de 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. – **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos, MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** – São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos.** – 2ª edição. – São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In **Educação & Realidade.** – Porto Alegre, vol. 16, nº 2, jul./dez. 1990, pp. 5-22.

SCOTT, Joan. “Experience”. In BUTLER, Judith and SCOTT, Joan W. (Editor) **Feminists theorize the political.** – Routledge: New York, 1992a.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In Peter Burke (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** São Paulo. Editora da



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Universidade Estadual Paulista, 2º  
reimpressão, 1992b, p. 63-95.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História:**  
homens, mulheres e a prática histórica. –  
tradução de Flávia Beatriz Rossler. – Bauru,  
SP: EDUSC, 2003. – (Coleção história).

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero:  
contribuições para um debate. In AGUIAR,  
Neuma. (org.). **Gênero e ciências humanas:**  
desafios desde a perspectiva das mulheres. –  
Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos,  
1997a. – (Coleção Gênero; v. 5).

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In  
CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS,  
Ronaldo. (orgs.). **Domínios da história:**

ensaios de teoria e metodologia. – Rio de  
Janeiro: Editora campos, 1997b.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A  
emergência da pesquisa da História das  
mulheres e das relações de gênero. In **Revista  
Brasileira de História.** – São Paulo, v. 27, nº  
24, p. 281-300, 2007.

VALDIVIESO, Magdalena. Aportes e  
incidencia de los feminismos en el debate  
sobre ciudadanía y democracia en América  
Latina. In CAROSIO, Alba. **Feminismo y  
cambio social en América Latina y el  
Caribe.** (Colección Grupos de Trabajo).  
Buenos Aires: CLACSO, 2012.